A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

DENISE ALVES DE SANT´ANA

RESUMO

A instrução formal é uma das maneiras essenciais pelas quais as comunidades asseguram sua subsistência, gerando e perpetuando as interações sociais que a constituem. As instituições educacionais não operam de forma isolada em relação à sociedade, mas oferecem um espaço para discutir questões com implicações significativas na comunidade. A consciência coletiva sobre essas questões é evidente nos meios de comunicação e no âmbito educacional, ao qual educadores e estudantes são constantemente desafiados a encontrar novas abordagens para se comunicarem e aprenderem juntos. Algumas das nossas atitudes em relação à multiplicidade cultural derivam do receio e da predisposição negativa, da falta de contato com pessoas de origens diversas e da necessidade de uma compreensão mais profunda sobre nossa identidade e o potencial da nossa sociedade. Essas atitudes determinam em que medida as instituições educacionais podem criar um ambiente de aprendizagem acolhedor, solidário e eficiente para todos os estudantes. Tendo em vista que a diversidade cultural e a inevitabilidade do racismo afetam diretamente a vivência escolar, emocional e social das crianças, trata-se de um domínio em que as instituições educacionais possuem uma responsabilidade especial de abordar.

Palavras-Chave: Identidade; Interações Sociais; Sociedade.

INTRODUÇÃO

O tema das interações raciais é desafiador, emocionalmente carregado e politicamente sensível. Não há soluções simples: questiona o privilégio, envolve a todos nós e as diversidades culturais das comunidades, bem como as forças individuais e experiências variam.

As distinções entre os conceitos de raça, cultura e etnia podem ser obscuras, e delimitar as fronteiras entre a expressão cultural e o racismo é complexo. Compreender nossas experiências individuais e responsabilidades, assim como os aspectos mais amplos da estrutura social que herdamos, é um desafio e nem sempre nos sentimos confortáveis com isso.

Ao examinarmos as suposições culturais e raciais que moldam nossa própria visão de mundo e nossas ações, rapidamente nos deparamos com nossos próprios preconceitos e as limitações de nosso conhecimento. Enfrentamos desafios em relação à autoridade e aos níveis de comprometimento com os princípios fundamentais de justiça. Isso é verdade tanto para aqueles que escrevem relatórios quanto para aqueles que educam alunos.

AFRODESCENDENTES E SUA HISTÓRIA

É fundamental reconhecer a luta particular e emergente nas sociedades latino-americanas para fortalecer as demandas e reivindicações com apoio social e político, o que terá um impacto significativo em cada indivíduo e em seus movimentos nacionais. À medida que essa luta se torna mais visível internacionalmente, ela chama a atenção e conquista mais apoio de outros.

De acordo com as informações de Freitas (2019), a escravização de africanos trazidos para o Brasil durante o período colonial durou quase quatro séculos e trouxe mais de 4,8 milhões de indivíduos africanos escravizados para o nosso país, de forma coercitiva. Provenientes de diversas partes da África e de diferentes tribos e etnias, eles foram reunidos no Brasil e forçados a conviver, apesar de suas diferenças. Nesse sistema brutal da escravidão, eles foram despojados de seus nomes e identidades, tiveram seus documentos destruídos e seu passado apagado. Esse foi o momento em que a conexão entre os afrodescendentes brasileiros e suas raízes africanas foi rompida.

Da mesma forma, é importante compreender o que está ocorrendo na Argentina, Bolívia, Cuba, Chile, Equador, México, Uruguai, Paraguai, Porto Rico, Venezuela e em cada uma das repúblicas da América Central, onde a presença de afrodescendentes é significativa. Existem demandas dos garafunhas, que são os negros de origem caribenha.

No entanto, os objetivos não devem ser apenas intelectuais, mas também práticos e ideológicos. É crucial observar que, onde quer que haja uma população afrodescendente, há um movimento lutando por seus direitos. É essencial transformar essa luta contemporânea em batalhas nacionais, por meio do apoio mútuo e da solidariedade em ações que se beneficiem mutuamente, tornando suas presenças mais visíveis para superar as omissões e lacunas acumuladas nas histórias oficiais desses países em questão.

Conforme mencionado por Souza (2008),

É claro que muitas vezes pode haver mal-entendidos entre os membros de uma mesma cultura, assim como e possível entender coisas de culturas às quais não pertencemos. Mas no geral, para entendermos bem outra cultura, temos de passar por um aprendizado dos seus códigos básicos, senão estaremos apenas projetando sobe os significados que aprendemos na nossa própria formação, ao longo do nosso processo de socialização, de nos tornarmos parte de um corpo social. A cultura é algo que nos permite fazer parte de um grupo e nos dificulta sermos um membro integral de um grupo que não o nosso, a não ser que nos transformemos radicalmente. (SOUZA, 2008, p. 87)

Em muitos desses países mencionados, a identidade africana foi progressivamente dissipada e desapareceu parcial ou totalmente como resultado das políticas opressivas implementadas pelas potências coloniais britânicas, holandesas e francesas ao longo de várias gerações. Os escravizados, ao serem privados de suas tradições culturais, falharam em preservar suas raízes africanas genuínas.

Atualmente, graças ao impulso das organizações afrodescendentes em todo o continente, o conceito de "afrodescendentes" é amplamente reconhecido. A terminologia "negro", uma construção colonial que deprecia a humanidade africana, é agora questionada devido à autodeterminação intelectual e prática dos africanos e seus descendentes. Essa terminologia não reflete nem sintetiza a conexão com a história, espiritualidade e filosofia de origem africana. Surgiu, então, o prefixo "Afro", quando começou a ser empregado pelo escritor barloventense Juan Pablo Sojo, que, em 1943, escreveu um ensaio abordando notas e temas relacionados aos afro-venezuelanos.

Esse conceito foi posteriormente adotado por Fernando Ortiz, em Cuba, com o conceito de afro-cubano, e por Arthur Ramos, no Brasil, com o conceito de afro-brasileiro. Dessa forma, em toda a extensão geográfica do continente, busca-se reconhecer a presença africana na construção histórica de cada país.

De acordo com Abdala,

A diversidade histórica e cultural do povo brasileiro, suas cores e suas nuances permite que teias sejam tecidas através de discussões, debates e reflexões no estudo da literatura afro-brasileira e africana com objetivo de eliminar as leituras de diferentes e exóticos sobre os biótipos brasileiros e africanos. Novas histórias deverão ser contadas e sobre os mais variados prismas num constante criar e recriar de diferentes pontos de vistas fornecendo assim elementos que possibilitam uma visão diferente sobre “o eu e o outro” (ABDALA, 2006, p.19).

Sem dúvida, a categoria de "afrodescendentes" é fruto de uma construção social e acadêmica. Ela está intrinsecamente ligada à noção de soberania intelectual e ao direito dos povos e indivíduos de se autodeterminarem, inclusive no que diz respeito à sua própria identidade racial. Os descendentes da diáspora africana têm o poder de redefinir a si mesmos, rompendo com as definições coloniais ocidentais de "preto" ou "negro" que foram impostas durante séculos de submissão a teorias discriminatórias.

Paulo Freire (1996) compartilha reflexões sobre as transgressões éticas, afirmando:

"Não me uno àqueles que, falando de paz, pedem aos oprimidos, aos marginalizados do mundo, que se resignem. Minha voz tem uma semântica diferente, uma melodia diferente. Falo da resistência, da indignação, da 'justa ira' dos traídos e enganados. Do seu direito e do seu dever de se rebelar contra as transgressões éticas que sofrem cada vez mais." (FREIRE, 1996, p.101)

Esses indivíduos são confrontados com um ato de soberania intelectual, que consiste em questionar todas as tentativas do outro de menosprezar suas percepções, ideias, ações e direito de se autodenominar. No entanto, eles podem aceitar críticas justas daqueles que são sensíveis às suas experiências, buscando construir consensos. Porém, não podem permitir que o outro os julgue e condene suas ações e escolhas de forma arbitrária, em nome de algum poder externo, seja ele religioso, político, governamental, fundadores da nação, Estado ou outras formas fictícias de autoridade.

No Brasil, é evidente a presença de miscigenação, resultando na diversificação das linguagens em cada estado, de acordo com o processo de colonização. No entanto, mesmo diante desse panorama, ainda enfrentam discriminação. É fundamental que as personalidades negras sejam valorizadas desde a Educação Infantil, promovendo uma abordagem positiva.

RELACIONAMENTO ÉTNICO-RACIAL E O CURRÍCULO ESCOLAR

As relações étnico-raciais têm sido cada vez mais abordadas, especialmente no contexto político atual, gerando grandes controvérsias na mídia. A sociedade brasileira é caracterizada por sua diversidade étni-

ca, resultado de um processo histórico que reuniu três grupos distintos em um mesmo cenário: portugueses, indígenas e negros de origem africana. Esse contato cultural possibilitou a interação dessas diferentes culturas, resultando em um país inegavelmente miscigenado, multifacetado e marcado por antagonismos.

A escola, enquanto instituição social, tem a responsabilidade de promover o processo de socialização dos indivíduos que a frequentam, especialmente as crianças.

É por meio da escola que se estabelecem relações entre diferentes núcleos familiares e culturais. Alguns cientistas sociais passaram a considerar "raça" como um grupo de pessoas socialmente definido como diferente de outros grupos dentro de uma determinada sociedade, com base em certas diferenças físicas reais ou presumidas (BERGHE, 1970, p.10 citado por GUIMARÃES, 2005, p.24).

No entanto, há no Brasil uma certa dose de preconceito de cor, que deve ser distinguido do preconceito racial, no sentido americano. Por preconceito de cor, em contraste com o preconceito racial, entende-se que as atitudes em relação a pessoas de ascendência negra são influenciadas pela cor e não pela origem racial ou biológica. O sangue negro não é visto como um estigma nem identifica alguém radicalmente. Quando os brasileiros usam o termo negro - o que raramente fazem - estão se referindo a negros puros. De fato, o termo preto é geralmente usado, assim como outros termos, para descrever as características físicas das pessoas (FRAZIER 1942, p. 292 apud GUIMARÃES, 2005, p.45).

Entretanto, a existência e classificação de alguém em um grupo racial dependem da presença de uma ideologia que atribua significado à cor das pessoas.

Atualmente, é exigido que a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana sejam ensinadas no currículo da Educação Básica, o que tem impacto significativo na formação dos professores e implicações pedagógicas.

Apesar dos esforços por igualdade social e da presença de indivíduos de diversas etnias convivendo no mesmo ambiente, é evidente, por meio de matérias, entrevistas e pesquisas, que ainda vivemos em uma sociedade racista.

As questões étnico-raciais nas escolas estão sendo abordadas de maneira adequada, considerando a diversidade de pessoas em um espaço social.

Para promover uma convivência harmoniosa no ambiente escolar, é fundamental que haja respeito mútuo entre todos.

Os professores podem trabalhar a questão do racismo com seus alunos por meio de atividades como brincadeiras, leitura de livros e outras abordagens.

É importante que crianças negras, indígenas, brancas (independentemente de sua etnia) se reconheçam e compreendam as raízes históricas que permeiam suas identidades. Elas devem aprender a respeitar sua própria imagem e a valorizar as outras pessoas como seres humanos que possuem os mesmos direitos. É necessário que tenham modelos educacionais que reforcem essa expectativa.

Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana. (MUNANGA, 2005, p.15)

Nossa individualidade é o resultado de um processo dialético entre elementos culturais e pessoais, uma construção social e histórica em constante evolução.

A escola desempenha um papel crucial na desconstrução dos estereótipos criados pela sociedade em relação à comunidade negra.

A discriminação, preconceito e racismo são problemas que afetam a sociedade brasileira, mas têm um impacto desproporcionalmente maior na população negra, devido a um longo histórico de desvalorização iniciado no século XV.

As relações étnico-raciais nas escolas são um assunto polêmico tanto entre os alunos como na sociedade em geral.

Para evitar o surgimento de discriminação e preconceito, é crucial que os professores abordem regularmente questões étnico-raciais com seus alunos.

As escolas devem estar preparadas para acolher indivíduos de diversas origens e respeitar suas diferenças.

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A CULTURA

As disparidades étnico-raciais na educação seguem um padrão no qual grupos

como afro-americanos, indianos, latino-americanos e do sudeste asiático apresentam resultados acadêmicos inferiores em comparação com caucasianos e outros asiáticos-americanos.

Essas desigualdades educacionais:

- Espelham desigualdades socioeconômicas e de saúde;

- São evidentes desde a primeira infância e persistem ao longo da educação básica;

- Refletem-se em pontuações de testes que avaliam o desempenho acadêmico, como leitura e matemática, taxas de repetição de ano, taxas de evasão e graduação, proporções de estudantes em programas de talento e matrícula no ensino superior, bem como indicadores comportamentais, como taxas de disciplina, suspensões e expulsões escolares.

A ciência psicológica oferece compreensão das disparidades educacionais e estratégias para abordá-las. Psicólogos do desenvolvimento identificaram como diferenças na educação infantil e no cuidado infantil estão relacionadas ao desempenho acadêmico e à prontidão escolar de crianças pertencentes a grupos étnico-raciais minoritários antes de ingressarem no ensino fundamental e médio.

Discriminação tem o sentido de separar, distinguir, estabelecer diferenças, segregar. Traduz-se em ações negativas concretas, em práticas individuais e institucionais que violam os diretos sociais e humanos e a igualdade de tratamento, com base em critérios pré-estabelecidos, de forma singela ou não. (GONÇALVES, 2007, p.35).

A pesquisa psicológica que investiga a aprendizagem de uma segunda língua revelou descobertas significativas sobre o funcionamento das crianças pertencentes a minorias linguísticas, identificando os recursos necessários para que elas possam se desenvolver de acordo com suas habilidades cognitivas.

A estrutura das instituições escolares e a forma como os alunos se envolvem em seu processo de aprendizagem desempenham um papel crucial no desempenho educacional de estudantes de diferentes grupos étnicos e raciais. As disparidades educacionais se manifestam em indicadores de baixo desempenho acadêmico, taxas de conclusão de cursos, bem como na sub-representação de alunos de cor em programas educacionais talentosos e de destaque. A teoria psicológica aborda a maneira de cultivar talentos acadêmicos em todos os alunos, abrangendo toda a diversidade presente nas escolas.

A educação é um dos pilares fundamentais pelos quais as sociedades garantem sua continuidade, produzindo e reproduzindo as relações sociais que compõem a estrutura da sociedade. As escolas não operam de forma isolada, mas fornecem um espaço para abordar questões que têm implicações significativas na sociedade em geral. A conscientização nacional dessas questões é evidente nos meios de comunicação e nas escolas, onde professores e alunos são desafiados diariamente a encontrar novas formas de se comunicar e aprender juntos.

Algumas de nossas atitudes em relação à diversidade cultural são influenciadas pelo medo, preconceito e falta de contato com pessoas de diferentes origens, refletindo a necessidade de uma compreensão mais ampla sobre nossa identidade individual e o potencial que nossa sociedade possui. Essas atitudes determinam em que medida as escolas conseguem criar um ambiente de aprendizagem acolhedor, solidário e eficaz para todos os alunos. Considerando que a diversidade cultural e a triste realidade do racismo afetam diretamente a experiência emocional, social e acadêmica das crianças, essa é uma área em que as escolas têm uma responsabilidade especial de abordar.

Refletindo por fim, considero a ambiguidade presente em nossa história, na qual os negros são vítimas de uma sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, porém consome os elementos do candomblé, música, dança, comida e todas as festas afro-brasileiras, sem lembrar de suas origens. Também pondero sobre como, ao invés de apenas registrar o fracasso dos negros diante das numerosas injustiças sofridas, essa história acaba registrando sua vitória e vingança, por meio de suas contribuições para a cultura brasileira. Nossa cultura guarda, em sua história, uma profunda influência dos negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, que silenciosamente construíram nossa identidade. Não se pode negar a presença de afetividade e cumplicidade nessa relação. A miscigenação é a maior evidência dessa história de pura sedução, do fascínio provocado pela diferença que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como uma convivência tensa e sedutora em todos os momentos de nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte de nossa história. Uma história ocultada que não pode mais ser ignorada pela narrativa oficial. (ARAUJO. 2007, p.5)

O tema das dinâmicas raciais é complexo, emocionalmente carregado e politicamente sensível. Não existem soluções simples: ele desafia os privilégios, envolve a todos nós e reflete a diversidade cultural das comunidades, com os pontos fortes e expe-

riências individuais variando amplamente. As distinções entre os conceitos de raça, cultura e etnia podem ser nebulosas, e traçar fronteiras entre domínio cultural e racismo é complicado. Compreender nossas experiências e responsabilidades individuais, bem como os aspectos mais amplos da estrutura social que herdamos, pode ser desafiador e desconfortável. Ao examinarmos as premissas culturais e raciais que moldam nossa visão de mundo e nossas ações, rapidamente nos deparamos com nossos próprios preconceitos e as limitações de nosso conhecimento. Enfrentamos desafios em relação à autoridade e ao nosso compromisso com os princípios fundamentais da justiça. Isso se aplica tanto àqueles que escrevem relatórios como àqueles que ensinam os alunos.

De acordo com FARIAS (2012, p. 32), "cultura é a expressão artística, social, linguística e comportamental de um povo ou civilização". Portanto, as atividades e manifestações que fazem parte da cultura de um povo incluem música, teatro, rituais religiosos, linguagem oral e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, e assim por diante.

Devido à sua vasta extensão territorial, o Brasil possui uma rica diversidade cultural. Os colonizadores europeus, a população indígena e os africanos escravizados foram os primeiros responsáveis pela disseminação cultural no Brasil. Posteriormente, imigrantes italianos, japoneses, alemães, árabes e outros contribuíram para a diversidade cultural do país. Elementos como culinária, danças e religião são componentes integrantes da cultura de um povo.

Conforme estabelecido pela Lei 10639/03:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003).

Normalmente, as pessoas tendem a associar cultura apenas ao nível de educação, mas, no entanto, ela engloba muito mais do que isso. Cultura é tudo aquilo que dá significado ao mundo que envolve um indivíduo específico ou grupo de indivíduos. Portanto, fazem parte da cultura de um povo elementos como religiosidade, definição de valores morais, idioma falado, pertencimento étnico e história da sociedade em que o indivíduo está inserido, entre outros.

A cultura não se limita apenas a conhecimentos, mas sim é uma rede complexa de elementos que conferem sentido ao mundo de um indivíduo, composta por diversos fatores que caracterizam a sociedade em que vivem os povos.

Tudo o que produzimos se torna parte de nossa identidade cultural, integrando-se ao nosso cotidiano. Levamos essa identidade para todos os lugares, seja no convívio com amigos, na escola com professores e alunos, ou na sociedade em que compartilhamos nossa cultura.

Conforme pesquisa realizada no site da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP):

O Brasil é um país cuja principal marca cultural é a mistura. Desde o começo de sua história, o país foi marcado pela presença de diferentes povos e culturas, fazendo com que sua formação tivesse grande diversidade e mistura. Aqui viviam povos indígenas, em tribos, com uma cultura guerreira, muito ligada à natureza; em 1500 chegaram os colonizadores portugueses, que trouxeram para cá a cultura europeia, com uma forte influência moura. O uso do negro africano como escravo na colônia, trouxe ainda novas crenças, falas e costumes, que os poucos foram se misturando e integrando a cultura local. Posteriormente, com o fim da escravidão, diversos outros povos ainda vieram para o país, como italianos, japoneses e alemães, cada um acrescentando ao Brasil um novo detalhe cultural. Com toda essa miscigenação de povos e culturas, não é de se estranhar que o Brasil tenha na sua língua, costumes, religião e manifestações culturais traços únicos, que podem se assemelhar a outras culturas do mundo, mas que sempre tem seus detalhes particulares.

Os colonizadores portugueses deixaram marcas e influências linguísticas no Brasil, mas com a miscigenação dos povos indígenas e africanos, a língua portuguesa passou a incorporar termos dessas diferentes etnias.

É evidente que o Brasil é um país marcado por diversas misturas culturais, o que resulta em uma diversidade linguística que varia de acordo com cada estado, devido às diferentes formas de colonização. No entanto, ainda enfrentamos discriminação, tornando-se crucial trabalhar de forma positiva

a representação das personalidades negras desde a Educação Infantil.

Desde a primeira infância, as crianças são expostas a discursos preconceituosos que moldam a sua visão de mundo e a forma como elas se relacionam com os outros. Não apenas a percepção do outro, mas também a percepção de si mesmas e de suas características físicas e culturais são influenciadas por esse ambiente. Se o ambiente privilegia estereótipos de beleza, a autoimagem da criança tende a ser distorcida.

O desenvolvimento das experiências educativas [...], depende de uma estrutura pedagógica que se baseie na intensificação das ações das crianças relacionadas aos contextos sociais e naturais, com o objetivo de ampliá-los e diversificá-los, principalmente por meio das interações sociais, do brincar e das diversas formas de linguagem e contextos comunicativos. Consideramos essas como as formas privilegiadas pelas quais as crianças expressam, conhecem, exploram e constroem significados sobre o mundo e sua própria identidade social. [...] A infância, como construção social, deve ser reconhecida em sua diversidade, levando em consideração fatores como classe social, etnia, gênero, religião, os quais influenciam a formação das diferentes infâncias e suas culturas (ROCHA, 2008, p.2-3).

Cabe a nós promover uma discussão qualificada sobre o nosso papel na construção da identidade das crianças e suas famílias, priorizando atitudes de empatia e respeito à diversidade. O trabalho com a diversidade e identidade vai além de projetos específicos, com início, meio e fim, mas deve permear todas as ações da escola no seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras vivências das crianças podem ter implicações de longo prazo. Uma vez estabelecidas, as atitudes e crenças em relação a outros grupos podem se tornar mais resistentes à mudança à medida que os jovens crescem.

É essencial que os jovens tenham oportunidades de conhecer e interagir com indivíduos de diferentes grupos raciais, a fim de desenvolver laços inter-raciais significativos - e muitas escolas oferecem mais dessas oportunidades.

Estudos realizados em ambientes escolares integrados demonstram que os estudantes que aprendem nessas escolas manifestam maior interesse em viver e trabalhar em ambientes racial e etnicamente diversos quando se tornam adultos, e têm maior probabilidade de fazê-lo. Por outro lado, escolas isoladas racialmente podem limitar as oportunidades dos jovens de desafiar percepções e suposições distorcidas sobre pessoas de outros grupos raciais.

Oferecer oportunidades de contato inter-racial em escolas e salas de aula integradas é essencial para o desenvolvimento dos jovens e para os esforços em prol de uma nação justa e dinâmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA Jr., Benjamin. A literatura, a diferença e a condição intelectual. Revista Brasileira de Literatura Comparada. nº 8, p.19-39, 2006.Curitiba: SEED-PR, 2006.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/ SEF, 2005.

BRASIL. Lei 9394 – 24 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Júlia. De onde viemos: A história dos afrodescendentes no Brasil. Disponível em: http://www.revistacapitolina.com.br/de-onde-viemos-a-historia-dos-afrodescendentes-no-brasil/. Acesso em 1 de jun.2024.

GUIMARÃES. Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na Escola. 2 ed. revisada. – Brasília: MEC/ SECAD- Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

ROCHA, CARLOS LUIZ. POLITICAS AFIRMATIVAS E EDUCAÇÃO: A LEI 10639/03 NO CONTEXTO DAS POLITICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. 2006, dissertação mestrado educação e trabalho - Universidade Regional do Paraná, Curitiba, 2006.

ROCHA, Eloísa Alcíres Candal. Diretrizes educacionais - pedagógicas para a educação infantil. Tubarão, 2008.

SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano de; SILVA, Antônio Aparecido Silva da (Org.). Uma dívida, muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber. São Paulo: Loyola, 1998. p.77-90.

SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil Africano. Ática: São Paulo: 2008.